

CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS CONTEMPORÂNEAS DA JUVENTUDE BRASILEIRA

CONTEMPORARY ECONOMIC AND SOCIAL CHARACTERISTICS OF BRAZILIAN
YOUTH

CARACTERÍSTICAS SOCIALES Y ECONÓMICAS CONTEMPORÁNEAS DE LA
JUVENTUD BRASILEÑA

Marcio Bernardes de Carvalho

Doutorando em Educação na Universidade Tuiuti do Paraná, Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná – UTP e graduado em História pelas Faculdades Integradas Espírita – FIES.

E-mail: marciojr8@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo é um extrato da pesquisa para o mestrado em educação que o autor realizou e defende como dissertação intitulada “Juventude, ensino médio e trabalho: função social do ensino médio, uma análise crítica” e tem como objetivo apresentar aos leitores características consideradas estruturantes do modo de vida da juventude brasileira. Serão apresentados um conjunto de dados importante que possibilitaram o autor refletir sobre algumas questões. A primeira delas é que em nosso atual sistema econômico, o jovem, no Brasil, é utilizado, no plano macro, como força de trabalho reserva (exército de reserva) bem como potencial público consumidor. Analisaremos dados nacionais procurando desvelar as contradições sobre o papel da juventude da classe trabalhadora no sistema capitalista, sobre a concepção majoritária do conceito de juventude.

Palavras-chaves: juventude – políticas públicas – educação.

ABSTRACT

The following paper is an excerpt of the research of a Master's program in education performed by the author named “Youth, high school and work: the role of high school, a social critic. Its objective is to show readers the structural characteristics of Brazilian youth way of life. It shows a set of important data that made the author think about some topics. The first one, considering the current economic system, is the fact that Brazilian youngsters, in a macro point of view, are seen as reserve army of labor as well as potential consumers. The author analyses some data in order to unveil the contradictions of the youngsters' work force role within capitalist society on the overview concept of youth.

Keywords: youth – public policies – education.

RESUMEN

Este artículo es un extracto de la investigación de la maestría en educación realizada por el autor, cuya tesis de grado tiene por título “Juventud, nivel medio de enseñanza y trabajo: función social del bachillerato, un análisis crítico” y tiene por objetivo presentar a los lectores características consideradas estructuradoras del modo de vida de la juventud brasileña. Se presentará un conjunto importante de datos que le permitieron al autor reflexionar sobre algunas cuestiones. La primera de ellas es que, en el actual sistema económico, el joven brasileño es utilizado, en el plano macro, como fuerza de trabajo de reserva (ejército de reserva), y también como público consumidor potencial. Se analizarán datos nacionales, buscando develar las contradicciones acerca del papel de la clase trabajadora joven en el sistema capitalista y sobre el concepto de juventud asumido más frecuentemente.

Palabras-clave: juventud – políticas públicas – educación.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um extrato da pesquisa para o mestrado em educação que o autor realizou e defende como dissertação intitulada “Juventude, ensino médio e trabalho: função social do ensino médio, uma análise crítica” e tem como objetivo apresentar aos leitores características consideradas estruturantes do modo de vida da juventude brasileira.

O artigo analisará os dados e evidenciará contradições de leituras de senso comum sobre a juventude ou mesmo leituras que prejudicam as políticas públicas para a juventude da classe trabalhadora pois são construídas a partir de um padrão idealizado burguês de juventude.

Uma contradição possível de ser verificada versa sobre o papel da juventude dentro do sistema capitalista. Na literatura sobre juventude, em especial nas pesquisas nacionais ainda há uma narrativa velada que tenta demonstrar que o sistema capitalista não causa nenhum impacto direto na vida destes jovens e que os mesmos são “livres” para escolherem seu caminho de vida.

Uma segunda contradição versa sobre a concepção de jovem “aceita” majoritariamente e como a mesma se diferencia quando aplicada a jovens da classe trabalhadora.

PARA COMEÇO DE ANÁLISE

Segundo a pesquisa “Agenda Juventude Brasil” da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ o Brasil possuía em 2010 cerca de 51,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos (IBGE – Censo Demográfico 2010). Isto equivalia, à época, a cerca de ¼ da população brasileira (BRASIL, 2014, p.16).

Com ¼ da população (25%) temos um exército de reserva¹ de jovens que poderia ser utilizado para o mundo do trabalho. Alguns pesquisadores chamam este contingente

¹ [...] se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece as suas necessidades variáveis de

Revista Humanidades em Perspectivas | vol.1 n.1 | jan/jun 2019

expressivo de jovens de “bônus demográfico” (SAAD, 2009), que significa um momento em que o País possui mais jovens se comparado aos demais grupos etários. Este bônus contribui para a formação de um exército de reserva que auxilia o capitalismo a baixar os salários do conjunto dos trabalhadores, em especial nos trabalhos não especializados (que não necessitam de uma maior qualificação da mão-de obra), pois o quantitativo de pessoas que buscam emprego e renda fica cada vez maior. Como há muita procura para poucas vagas, aqueles que procuram acabam por se submeter a receber menos para garantir a vaga.

Contudo, o capitalismo também usufrui deste bônus demográfico de outras maneiras. Uma delas é a criação de um público consumidor em grande escala. Criam-se campanhas publicitárias exclusivas para os jovens, produtos criados a partir de pesquisas específicas para este público, canais de televisão específicos, sites, revistas, seriados para televisão, roupas e entre outros produtos e serviços que são diariamente pensados e vendidos para a juventude como uma “necessidade básica” ou uma ponte para uma suposta aceitação em um dado grupo.

Essa publicidade extrapola diversas questões, porém para esta pesquisa cabe ressaltar centralmente uma, a questão do “status social” (pertencimento, ascensão ou aceitação) como padronização de uma imagem de jovem bem-sucedido, que em nossa opinião é o conjunto de normas e regras definidas pela moral burguesa e, principalmente, a lógica de sucesso dentro do capitalismo. Temos aqui um processo de consumo alienado.

Vivemos na sociedade de exploração do trabalho, onde os proprietários dos meios de produção extraem a mais-valia² do trabalhador e produzem a necessidade de consumo exacerbado. Este processo acaba por produzir no indivíduo a falsa sensação

valorização o material humano sempre pronto a ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2013, p. 707).

² A extração de mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, a diferencia específica do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assumem quando empregados pelo capital. Mas o lucro e o salário são, ambos, dinheiro e, portanto, uma forma objetificada do trabalho que só se torna possível em função de um conjunto de mediações historicamente específicas em que o conceito de mais-valia é crucial. A produção capitalista é uma forma (na verdade, a forma mais generalizada) de produção de mercadorias. (BOTTMORE, 2012 p. 227)

que a aquisição de objetos/coisas (que são produtos do trabalho do indivíduo) possa completar o vazio existencial deixado pelo trabalho alienado.

Desta forma percebe-se que o consumo alienado alimenta o processo de trabalho alienado pois quanto mais se produz, mais se consome e assim sucessivamente.

Por outro lado, o sistema também criou formas de dar “prazo de validade” a qualquer produto, transformando-os em objetos obsoletos (obsolescência programada/planejada ou teoria da obsolescência³).

O telefone celular pode ser um bom exemplo deste processo de obsolescência programada.

Ao comprar um aparelho de telefone celular o indivíduo adquire um produto que tem determinadas funcionalidades, conforme o tempo as empresas criam novas funcionalidades, que acabam por tornar o aparelho recém-adquirido em algo antiquado ou considerado limitado, levando o indivíduo a ter um falso sentimento de necessidade de um aparelho melhor, mais atualizado ou com outras funcionalidades que, possivelmente, este trabalhador não utilizará. Se não é o aparelho são seus periféricos (cartão de memória, lente, película, capa, outra bateria, carregador portátil...).

Aqui é preciso considerar não é somente a diversidade de produtos, mas também um condicionamento dos indivíduos à compra compulsiva de grandes quantidades de produtos que perdem sua essência utilitária para se transformarem em objeto de desejo, fetiche e adoração.

O processo de alienação⁴ se consolida e cria uma estrutura de sustentação do mesmo, por meio do consumo alienado ou mesmo do lazer alienado, sendo que o próprio sistema cria também uma gama de “ofertas” de lazer que inevitavelmente levam ao lazer consumista.

Este processo é tão eficiente que o indivíduo acredita ser livre em sua escolha, porém esta também é uma imposição do sistema, que ao ganhar escala, acaba por se

³ Para saber mais leia o texto “Obsolescência acelerada de produtos tecnológicos e os impactos na sustentabilidade da produção” Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712015000400231&lang=pt>. Acesso em: 20 de out. 2017.

⁴ Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (2001, p. 114) define: “Mas em que consiste a alienação do trabalho? Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence a sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito”.

tornar também um meio de socialização entre as pessoas, ou condição de *status social* elevado, que acabam por ancorar suas relações no consumo alienado ou lazer alienado e qualquer possibilidade de ação fora deste padrão tende a ser considerada estranha ao sistema já institucionalizado.

É importante ressaltar que tudo que se torna estranho ao sistema institucionalizado tende a ser marginalizado. Assim cria-se assim um público jovem que é incorporado ao sistema de consumo exacerbado de produtos.

Neste momento cabe aqui uma observação importante sobre o consumo para a juventude.

O princípio de existência do capitalismo é o lucro, desta forma ele desconsidera a questão formativa intelectual dos jovens, se este é dependente financeiramente dos seus familiares ou não, suas relações sociais, suas trajetórias ou qualquer disputa de projeto societário, o que vale é o lucro. Desta forma teremos moda para a classe dominante, para a juventude trabalhadora, para aqueles que sonham em ser classe dominante, e não são, para aqueles que não querem ser classe dominante e assim por diante. Isto tudo será um produto a ser vendido e consumido.

Tendo uma vez refletido sobre o consumo, se faz preciso também observar a atividade econômica dos jovens brasileiros.

PERFIL DA ATIVIDADE ECONÔMICA DA JUVENTUDE BRASILEIRA

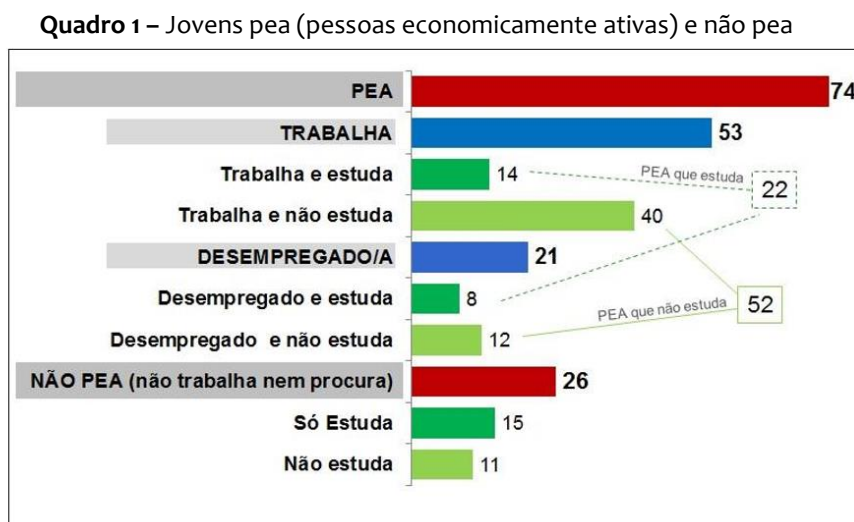
Sobre a atividade econômica dos jovens podemos afirmar que estes são majoritariamente ativos economicamente (QUADRO 1) e também são consumidores.

Segundo a Agenda Juventude Brasil 2013, os jovens economicamente ativos (Pessoas Economicamente Ativas – PEA⁵ - força de trabalho) representam 74% do total de jovens e 26% são considerados não pertencentes ao grupo denominado PEA (não

⁵ Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>> Acesso em: 27 de nov. de 2017

trabalham e nem procuram emprego) (BRASIL, 2014, p.36-37), sendo que, do total, 22% são PEA que estudam e 52% PEA que não estudam.

O Quadro 1 utiliza o recorte etário de 15 a 29 anos conforme prevê o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013).



Fonte: Agenda Juventude Brasil 2013 (BRASIL, 2014, p. 26)

É preciso esclarecer que o conceito de Pessoa Economicamente Ativa (PEA) não se vincula diretamente a inserção no mundo produtivo ou ao emprego, mas sim a questões como estar empregado ou possuir condições de trabalhar e realizar algum esforço para isso. Assim justifica-se a existência de pessoas economicamente ativas em situação de desemprego.

Sobre os jovens economicamente ativos, ou não, é preciso considerar algumas questões. A primeira delas versa sobre uma ideia propagada que virou senso comum que o conjunto da população jovem brasileira é dependente de seus familiares e, por esta razão, não contribui economicamente para o desenvolvimento do País – perdendo assim sua relevância nos estudos econômicos brasileiros.

Conforme podemos verificar no Quadro 1 dos 74% de jovens PEA 53% trabalham, destes, 14% além de trabalhar ainda estudam. Assim sendo, temos que considerar o jovem como parte importante no processo de consumo de mercadorias e serviços em escala nacional.

É válido ressaltar que não estamos fazendo nenhum tipo de defesa desta condição atual do jovem dentro do capitalismo, mas sim dando luz à circunstância destes

jovens dentro do processo econômico. Não lançar luz sobre este momento, em que a maioria dos jovens brasileiros é também parte das chamadas pessoas economicamente ativas, é o mesmo que os retirar das análises sobre a criação de um grupo de consumo dentro do capitalismo.

O movimento que devemos fazer é justamente na direção contrária, e implica em entender com profundidade este processo e como isso afeta a formação humana destes indivíduos e que também vai refletir também nas atividades e relações dentro da escola.

A segunda questão debate sobre os “nem-nem” (nem trabalham, nem estudam).

Por algum tempo, gestores públicos e sociedade civil questionaram, sob forte influência midiática, sobre um pseudo-macroproblema que se denominou de “nem-nem” nas políticas de juventude. Os “nem-nem” eram os jovens que nem estudavam e nem trabalhavam.

A lógica em si do problema, ter milhares de jovens que não estão na escola ou não estão trabalhando, é racional e compreensível, porém o problema central é que os “nem-nem” são um produto do sistema de exclusão social do capitalismo, são por vezes uma necessidade deste sistema.

Aqui é relevante frisar que para o capitalismo é importante que certo grupo de indivíduos se submeta a condições de exploração extrema, uma quase servidão. Com estes jovens fora da rede de proteção e oportunidades sociais, os mesmos estão mais vulneráveis às imposições da classe dominante brasileira, ou seja, viram algo desejável para o sistema capitalista.

Um problema lógico que pode ser debatido, porém não será alterado na realidade pois a classe dominante não abrirá mão dos seus lucros para incluir socialmente estes jovens com políticas públicas de oportunidades e de formação humana integral.

O Estado não oferece as vagas necessárias para uma universalização do ensino médio, uma vez que não é uma necessidade atual do sistema ter uma força de trabalho com este nível de ensino.

Na disputa pelo controle do Estado, a classe dominante investe todos os seus recursos para que este Estado sirva como um escritório de defesa dos seus interesses. Cabe à classe trabalhadora fazer a disputa para que este Estado esteja a serviço da maioria (classe trabalhadora) e não de uma minoria (classe dominante).

Se tratarmos da questão “nem-nem” sem uma forte crítica ao sistema capitalista, construindo caminhos para a sua superação, esta questão acaba se tornando uma forma de conciliação entre classes, um reformismo que não ataca o que é central na política, opta (consciente ou inconscientemente) por “arrumar” o secundário e não tocar no que é o problema principal.

Passando pelos dados e análise de alguns aspectos sobre os jovens economicamente ativos, torna-se importante também discutir sobre o mundo do trabalho e a inserção da juventude.

Nesse quesito é importante ressaltar que a inserção de jovens no mundo do trabalho se deu majoritariamente por sua rede de relações pessoais (76%), sendo 40% com ajuda dos pais e 36% através de grupos de amigos ou vizinhos (BRASIL, 2014, p.40).

Duas indagações podem surgir dos dados sobre inserção no mundo do trabalho e das relações pessoais. A primeira delas é que há aqui uma tendência de reprodução das relações sociais para o ingresso destes jovens no mundo do trabalho. Os jovens da classe dominante serão indicados para ocupações dentro de sua área de influência (a própria classe dominante), bem como os jovens da classe trabalhadora serão indicados para ocuparem vagas dentro de sua área de influência (classe trabalhadora). Salvo raras exceções essa tendência torna-se um procedimento padrão nessas relações.

A segunda questão demonstra uma completa ineficácia das políticas públicas de ingresso de jovens no mundo do trabalho, nota-se a ausência de uma política educacional efetiva que faça a transição do mundo educacional para o mundo do trabalho ou mesmo consiga conciliar a formação intelectual com a formação laboral.

Mesmo com uma legislação específica para a aprendizagem (denominada Lei do Jovem Aprendiz⁶, n.º 10.097 de 19 de dezembro de 2000, que deveria garantir vagas para jovens aprendizes na porcentagem de 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em uma empresa) os governos, federal e estaduais, são ineficazes nesta mediação.

Esta ineficiência se traduz por um entendimento da classe dominante (externalizado em retóricas do senso comum) que o Estado (neste momento controlado

⁶ Fonte: Site da Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm> Acesso em 17 de out de 2017.

por esta mesma classe dominante e em conflito com os interesses da classe trabalhadora) não deve interferir na liberdade de mercado e que uma interferência maior visando garantir a ocupação das vagas de aprendizagem poderia afetar a lucratividade das empresas.

Dentro desta mesma contradição há uma indefinição sobre qual instituição deve executar os cursos de formação técnico-profissional para estes jovens, uma vez que as empresas também não se responsabilizam.

Para a classe dominante isso é uma tarefa do Estado, já que a burguesia não abre mão dos seus privilégios e disputa o controle do Estado para usá-lo como agente de defesa dos seus próprios interesses e o Estado como agente público não possui estrutura suficiente para dar conta de tal demanda, especialmente após o sistema “S”⁷ se tornar uma “propriedade exclusiva” dos interesses do setor patronal – mesmo que uma grande parcela das suas verbas sejam públicas. Este é um processo dinâmico que também conta com a ação dos trabalhadores organizados na disputa pelo controle do Estado e das políticas públicas.

Ainda na área de trabalho, emprego e geração de renda os jovens ainda precisam também superar – além de serem considerados mão de obra desqualificada – o preconceito geracional criado dentro do capitalismo que propaga a ideia de que os mais jovens ainda não possuem experiência profissional para “se adequar às necessidades do mercado”.

Mesmo com o vigor físico juvenil há um entendimento de que a “experiência” no trabalho é mais importante para o sistema capitalista. Este entendimento segue a lógica do lucro, produtividade e não desperdício industrial/comercial, negando a perspectiva de desenvolvimento humano por meio do trabalho, de desenvolvimento de novas técnicas a partir de novas perspectivas de trabalho, de desenvolvimento através da casualidade ou mesmo de formação conjunta daqueles que ensinam o trabalho e aqueles que aprendem.

A lógica do maior lucro com menor esforço, que se transforma em demérito para a condição juvenil na verdade auxilia na não potencialização dos indivíduos, em especial

⁷ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

nos setores não industriais que (dentro da lógica capitalista) não deveriam reproduzir tal procedimento.

A pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Juventude – SNJ também apresenta uma série de dados sobre a composição dos estratos sociais e como a juventude está inserida nestes (QUADRO 2). Sobre os estratos sociais (renda domiciliar *per capita*) temos 28% dos jovens brasileiros nos estratos mais baixos (até R\$ 290,00/mês). Quantitativamente isso significa afirmar que mais de 14 milhões de jovens no Brasil vivem em famílias com até R\$ 290,00 por mês. É importante ressaltar que em 2013 o salário mínimo era de R\$ 678,00⁸.

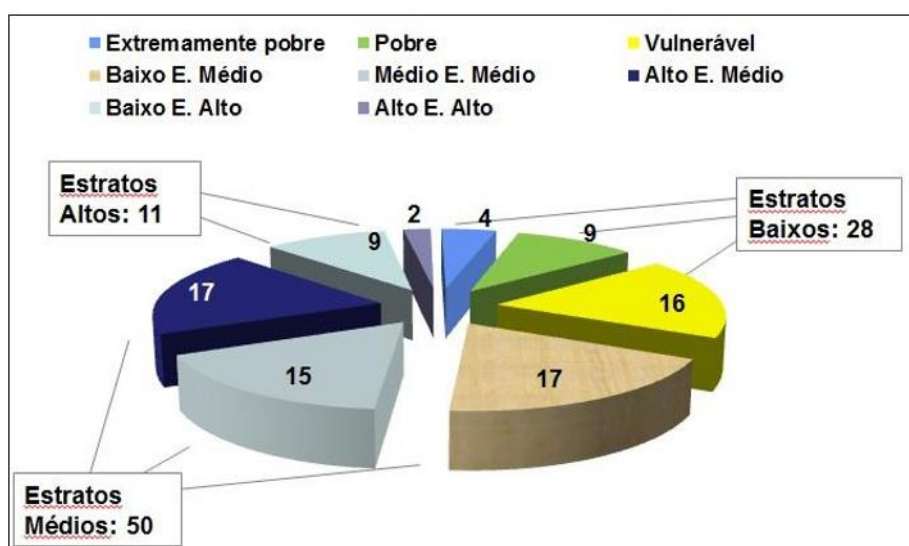
Já nos estratos médios (entre R\$ 291,00 até R\$ 1.017,00/mês) temos 50% dos jovens, o equivalente a mais de 25 milhões de pessoas.

Somando estes estratos temos 78% dos jovens brasileiros com renda *per capita* até R\$ 1.017,00 por mês, ou seja, mais de 39 milhões de pessoas.

Os estratos altos (acima de R\$ 1.018,00/mês) somam 11%, o equivalente a um pouco mais de cinco milhões de pessoas, segundo a pesquisa da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ (BRASIL, 2014, p.22).

Assim temos a maioria dos jovens brasileiros nos estratos médios e baixos.

Quadro 2 – Juventude: renda mensal domiciliar per capita



Fonte: Agenda Juventude Brasil 2013 (BRASIL, 2014, p. 23).

⁸ Fonte: Site Tabela do IRRF. Disponível em <<https://www.tabeladoirrf.com.br/tabela-do-salario-minimo.html>>. Acesso em 08 de novembro de 2017.

Sabendo da condição econômica da juventude adotaremos nesta pesquisa como um pressuposto que a grande maioria da juventude não é detentora ou controladora dos meios de produção. Este pressuposto nos leva ao entendimento que a classe trabalhadora precisa centralizar seus esforços e organização para a sua educação e de seus filhos.

Algumas polêmicas ou pseudo-polêmicas giram em torno da definição de classe social ou fração de classes para juventude. O que esta pesquisa seguirá como diretriz para avaliação da juventude é a posse ou controle dos meios de produção o que a caracteriza como classe dominante ou classe trabalhadora, que somente possui a sua força de trabalho.

A justificativa para a adoção desta diretriz são as condições objetivas da realidade que cada agrupamento possui para acesso à educação de qualidade, cultura, lazer, esporte, bem como experimentação e vivências culturais.

Este acesso, dentro do sistema capitalista, cria um abismo entre classe dominante e trabalhadores (e seus filhos).

Para os filhos da classe dominante, no caso do Ensino Médio, a possibilidade do acesso e permanência em escolas particulares, devidamente equipadas com recursos humanos e físicos dedicados a um objetivo comum (a educação de uma classe dirigente) possibilita acesso qualificado aos conteúdos exigidos para o vestibular das principais universidades do País (em especial as públicas). No caso da formação profissional (emprego, estágios ou vivências) a classe dominante possibilita aos seus filhos o acesso às empresas com alta tecnologia, trabalho especializado ou alta remuneração.

Não são as mesmas condições que os trabalhadores jovens ou filhos de trabalhadores possuem para sua formação ou ingresso no mundo do trabalho, o que coloca classe dominante e classe trabalhadora em posições diametralmente opostas.

Assim é necessário considerar, no âmbito da juventude, na perspectiva de acesso à educação e formação humana:

- As condições objetivas de acesso e permanência dos jovens em instituições de ensino que garantam recursos humanos e físicos para o desenvolvimento de atividades educativas com conteúdos apropriados e

possibilidades de experimentação dos mesmos para além do debate teórico dentro de sala de aula.

Sobre o ingresso de jovens no mundo do trabalho é necessário também considerar:

- As condições objetivas para o ingresso no mundo do trabalho com garantia de continuidade da formação acadêmica do jovem, com coerência entre as atividades laborais e/ou de aprendizagem e o conteúdo repassado em sua formação técnico-científica.

Estas condições objetivas necessitam ainda de um maior detalhamento para uma aproximação entre o ideal, o que temos hoje e o que podemos fazer para aproximar o real do ideal.

Passando para outra perspectiva da vida da juventude brasileira é preciso discutir os dados sobre demografia.

Sobre a demografia brasileira e juventude os números apresentados pela pesquisa Agenda Juventude Brasil mostram que a maioria dos jovens brasileiros reside na cidade (85%) sendo 15% no campo (BRASIL, 2014. p. 20).

Temos um País miscigenado e majoritariamente urbano para o conjunto da população juvenil. Ao refletir sobre as condições de jovens no contexto global, Rosemary Barber-Madden e Bruno Abe Saber sintetizam assim a vida dos jovens urbanos:

Poucas cidades têm condições de propiciar um ensino de qualidade e gerar empregos suficientes para atender às demandas da população. Nesse quadro, os jovens encontram-se particularmente vulneráveis à exploração e ao subemprego, geralmente incapazes de fornecer uma remuneração adequada ao atendimento de suas necessidades básicas. Muitos jovens são forçados a migrar para as metrópoles em busca de um emprego que os permitam apoiar financeiramente suas famílias. A empreitada nem sempre é bem-sucedida e em muito contribui para o aumento do contingente de moradores de rua das grandes cidades e o ingresso dos mesmos no mundo da criminalidade (BARBER-MADDEN; ABE SABER, 2013, p.22).

Para exemplificar recorreremos ao recente estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que cita que “as áreas consideradas urbanas no Brasil representam menos de 1% do território nacional (0,63%) e concentram 160 milhões de

peessoas, ou seja, 84,3% da população brasileira”⁹, sendo que em 1960, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possuía 54,9%¹⁰ da sua população rural, em 2010 este percentual chegou a 15,6%, segundo o mesmo instituto.

Temos uma alteração brutal da dinâmica demográfica brasileira em 50 anos, sendo que durante este processo não tivemos grandes planos de urbanização ou um planejamento das grandes cidades para acomodar este contingente populacional. Ou seja, as grandes cidades cresceram sem muito planejamento e sem condições, em muitos casos, de garantir o mínimo de estrutura (água encanada, iluminação elétrica e esgoto) nas áreas de maior densidade populacional.

Nota-se que o processo de urbanização foi acontecendo partindo sempre da lógica preferencial pelas áreas centrais, ou onde a classe dominante reside, e segue em direção à periferia das cidades.

As grandes cidades brasileiras, em especial as capitais dos estados, atraem cada vez mais uma gama de jovens por diversos motivos, em especial as oportunidades de educação e geração de renda.

Ao migrar para esses centros urbanos esses jovens serão automaticamente inseridos e este novo contexto, sofrendo então, as consequências da falta de estrutura e planejamento destas grandes cidades.

Problemas nas áreas de moradia, educação, saúde e segurança pública, além da desigualdade e exclusão social farão parte do seu cotidiano e também ganham proporção para aqueles que já residem nessas localidades, fruto deste inchaço populacional das grandes cidades brasileiras.

Sobre declaração de cor/raça 66% dos jovens se autodeclararam pardos (45%), negros (15%) ou amarelo/indígena (06%), restando 34% de brancos (BRASIL, 2014, p. 18).

Sobre tecnologia a maioria dos jovens brasileiros se informa pela televisão aberta (83%) seguido de internet (56%), jornais impressos (23%) e rádio comercial (21%). Sobre a internet 80% dos jovens a acessam através de computador ou telefone celular (BRASIL, 2014, p. 41-42).

⁹ Site da EMBRAPA. Disponível em < <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/28840923/mais-de-80-da-populacao-brasileira-habita-063-do-territorio-nacional> > Acesso em 25 de out. 2017.

¹⁰ Fonte: Site do IBGE. Disponível em < <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00> >. Acesso em 25 de outubro de 2017.

Sobre as mídias e sua influência na juventude, destaca-se a ascendência da televisão aberta. Meios de comunicação que são controlados por grandes empresas ligadas à classe dominante industrial, financeira e fundiária do País. Unindo a origem do controle dos meios de comunicação brasileiros à ineficiência da educação crítica na escola pública, torna-se mais compreensível a reprodução de valores da classe dominante pelos jovens da classe trabalhadora.

Mesmo a internet, que no Brasil possui ainda muitos espaços de diálogo e organização política contra hegemônica, passou de um espaço onde a contra hegemonia era majoritária para um espaço onde as grandes empresas agora possuem grande influência, tanto pela confiança dos brasileiros nas suas postagens quanto pelo número de compartilhamento de conteúdo¹¹.

Quadro 3 - Assuntos a serem discutidos em diferentes âmbitos

Assuntos	Âmbitos				
	Pais	Amigos	Média Pais Amigos	Sociedade	Média Pais/Amigos Sociedade
Drogas	31%	41%	36%	38%	36,6%
Violência	32%	30%	31%	38%	33,3%
Educação e futuro profissional	45%	29%	37%	25%	33,2%
Desigualdade e pobreza	27%	19%	23%	40%	28,6%
Racismo	16%	23%	19,5%	25%	21,3%
Cidadania e direitos humanos	21%	-	10,5%	32%	17,6%
Política	14%	-	7,5%	38%	16,3%
Sexualidade	17%	31%	24%		16%
Relacionamentos amorosos	17%	26%	21,5%	-	14,3%
Religião	24%	15%	19,5%	-	13%
Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável	-	-		24%	08%
Artes	-	21%		-	07%

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com dados de BRASIL, 2014, p. 71-73.

¹¹ Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Link: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em 17 de out. de 2017.
Revista Humanidades em Perspectivas | vol.1 n.1 | jan/jun 2019

A pesquisa também apresenta dados sobre a opinião e preferência dos jovens sobre os mais variados temas (Quadro 3), e elegemos alguns para nosso debate.

A primeira questão aborda o tema das drogas. Nos três âmbitos (pais, amigos e sociedade) o percentual é bastante significativo. A mesma pesquisa apresenta também uma significativa preocupação do jovem com o “poder dos traficantes” (BRASIL, 2014, p. 74), ficando este item em terceiro lugar como primeira citação dos jovens sobre “os problemas que mais incomodam no Brasil”.

Os questionamentos feitos na pesquisa não apresentam dados para verificarmos o contato dos jovens com o tráfico, desta forma não podemos afirmar se há uma substancial vivência destes jovens com este ambiente. Porém, mesmo assim o interesse é significativo, uma vez que também pode fazer parte do imaginário juvenil.

A segunda delas versa sobre o ponto violência. O quadro apresenta um percentual alto para todos os âmbitos (pais 32%, amigos 30% e sociedade 38%), porém este dado isolado não reflete a realidade.

A mesma pesquisa (BRASIL, 2014, p. 62) mostra que 51% dos jovens brasileiros já vivenciaram a morte de um parente de forma violenta. Do número total de jovens cerca 22% apontaram acidente como causa da morte e 21% por assassinato.

Então temos quase $\frac{1}{4}$ da população jovem brasileira que vivenciou a perda de uma pessoa próxima por homicídio. Em outras palavras, a violência é uma experiência de vida para mais da metade da juventude do nosso País.

O tema “educação e formação profissional” possui números expressivos nesta pesquisa, porém ainda está muito vinculado a decisão individual do jovem de escolha da sua profissão.

É necessário salientar que estes jovens estão sem possibilidades reais de compreender bem quais são os caminhos para se escolher uma profissão e, por outro lado, o estado não oferece oportunidades para que estes vivenciem momentos formativos que possam auxiliá-los na compreensão deste processo de escolha de uma profissão.

O estado brasileiro hoje não possui um “cardápio” de opções para formação destes jovens pois as vagas de ensino técnico e tecnológico são escassas e as vagas em uma universidade pública são muito disputadas.

Ainda sobre educação e formação profissional é importante destacar que para o conjunto dos jovens brasileiros as mudanças para “melhoria de sua vida” hoje são causadas por fatores como “o apoio da sua família” (75%) e “o seu esforço pessoal” (69%) (BRASIL, 2014).

Tratando ainda sobre a percepção de fatores para “melhorar de vida” (que é diferente de melhorar sua vida hoje) somente 23% dos jovens brasileiros citaram mudanças no sistema econômico e 15% citaram as políticas de governo.

Os temas “sexualidade” e “relacionamentos amorosos” são citados no âmbito dos pais e amigos e não da sociedade, podemos então pensar que os jovens acreditam que estes temas estão relacionados à questão de foro íntimo, o que pode ter bastante conexão com os valores morais propagados pelas religiões a que estejam vinculados.

Ainda sobre reprodução de valores na juventude é importante citar os números sobre religião/fé. Os dados da pesquisa apresentam 55% dos jovens se autodeclarando católicos; 27% evangélicos; 15% não tem religião, mas acredita em Deus; 2% espírita kardecista e 1% de ateu/agnóstico. Destes 29% se declararam praticantes e 26% não praticantes (BRASIL, 2014).

Há uma inversão de preocupação entre os jovens de estratos baixos e altos na avaliação de alguns problemas sociais. Quando o assunto é violência o percentual de preocupação dos jovens de estrato baixo é de 18%, enquanto que dos jovens de estrato alto, 29% demonstram preocupação com esta questão (BRASIL, 2014).

Já quando o assunto é emprego a porcentagem de preocupação dos jovens de estratos baixos é de 24%, enquanto a porcentagem para os jovens de estratos altos é de 10% (BRASIL, 2014).

Aqui podemos notar sobre como os interesses estão relacionados com a vivência de cada grupo de jovens.

Os jovens filhos da classe dominante preocupam-se mais com a violência, que muitas vezes é fruto da desigualdade social, enquanto os jovens da classe trabalhadora preocupam-se centralmente em garantir um mínimo para sua sobrevivência, pois sua condição social não garante uma perspectiva de futuro, diferente do que acontece com a classe dominante que utiliza todos os seus recursos para garantir seus privilégios.

Mais do que somente uma expressão do individualismo característico das sociedades capitalistas temos aqui também um componente de descrença nas instituições.

O Índice de Confiança Social (ICS) do IBOPE Inteligência, ano referência 2015 utilizou o recorte etário de 16 a 29 anos e aponta as seguintes porcentagens:

O trabalho alienado no capitalismo incentiva o individualismo, a concorrência entre os trabalhadores e o consumismo como substituto das potencialidades humanas represadas dentro deste sistema ainda temos dentro desse quadro uma crise de representatividade institucional. Essa crise é fruto de uma série de fatores – entre eles citamos a corrupção, o sistema eleitoral que privilegia as classes dominantes, um sistema judiciário que privilegia também as classes dominantes, entre outros fatores. Isso induz o jovem a acreditar que toda e qualquer melhoria na sua vida pessoal imediata e futura é consequência do seu esforço pessoal e de sua família e que as instituições, agora de forma generalizada, não são capazes de alterar a sua realidade.

Quadro 4 – Índice de confiança social – ibope inteligência¹²

Instituições, Grupos Sociais		Jovens 16-29 anos
1	Igreja	72%
2	Forças Armadas	64,5%
3	Meios de comunicação – TV, rádios, jornais	59%
4	Escolas Públicas	58%
5	Empresas	55,5%
6	Polícia	49%
7	Poder Judiciário	46,5%
8	Sindicatos	45%
9	Eleições – Sistema eleitoral	33,5%
10	Partidos políticos	17%
Outras instituições		Jovens 16-29 anos

¹² Como o Ibope Inteligência apresenta no grupo “Instituições, Grupos Sociais” 18 instituições decidimos eleger neste grupo dez instituições que possuem relevância significativa para a pesquisa sendo retiradas da pesquisa as seguintes instituições: Bombeiros (78%); Organizações da Sociedade Civil (57%); Bancos (54%); Sistema Público de Saúde (34%); Governo da Cidade onde mora (31%); Governo Federal (30%); Presidente da República (17%); e Congresso Nacional (23%)

1	Pessoas da família	87,5%
2	Amigos	68%
3	Brasileiros de modo geral	53,5%
4	Vizinhos	51,5%

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com dados de IBOPE, 2015, p. 09.

Neste momento é importante ressaltar que não poderemos, neste artigo, analisar cada aspecto dos números apresentados, mas que os mesmos são muito importantes para dar luz as condições concretas de vida dos jovens brasileiros e as relações que estão no seu contexto societário.

Os óbitos de jovens também são um assunto a ser abordado para o entendimento da realidade destes.

A violência não é exclusividade do sistema capitalista, mas dentro desse sistema em virtude do trabalho alienado, do individualismo e da competição como cultura laboral, a violência ganha potência.

Quadro 5 – Juventude brasileira – homicídios, acidentes e suicídios

Mortalidade Juvenil (15 a 24 anos)	Quantitativo
Homicídios	
Total – Jovens – de 1998 a 2008	196.085
Total – Jovens – 2008	18.321
Jovens – Brancos – 2008	4.582
Jovens – Negros – 2008	12.749
Jovens – Masculino – 2008	16.408
Jovens – Feminino – 2008	1.066
Acidentes	
Total – Jovens – de 1998 a 2008	83.871
Total – Jovens – 2008	8.894
Jovens – Masculino – 2008	7.485
Jovens – Feminino – 2008	1.831
Suicídios	
Total – Jovens – de 1998 a 2008	17.619
Total – Jovens – 2008	1.783

Jovens – Brancos – 2008	775
Jovens – Negros – 2008	866
Jovens – Masculino – 2008	1.387
Jovens – Feminino – 2008	396

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de WAISELFISZ, 2011.

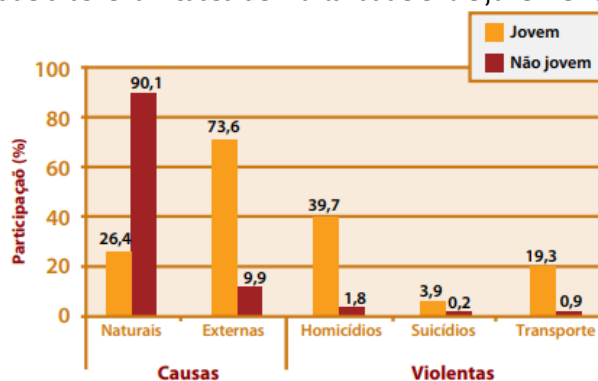
Segundo Júlio Jacobo Waiselfisz (2011), o Brasil é o 6º país com maior taxa de homicídios entre jovens. No QUADRO 5 selecionamos os principais números, para esta pesquisa, sobre homicídios, acidentes e suicídio entre jovens.

Alguns dados necessitam ter maior destaque.

O primeiro deles é que os homicídios de jovens entre 15 a 24 anos (recorte feito pela pesquisa), onde, em 2008, os jovens negros representam 69% enquanto o de jovens brancos 25% do total.

A segunda questão é que, no item homicídio, o sexo masculino representa 89% do total. No item acidentes, o sexo masculino também alcança um percentual alto, 84% do total.

Quadro 6 – Juventude brasileira – causa de mortalidade entre jovem e não-jovem (em %) 2008



Fonte: Mapa da violência. WAISELFISZ, 2011.

Mesmo com um quantitativo alto de perda de vidas jovens no Brasil ainda temos a sensação que isto não é uma prioridade para a mídia controlada pela classe dominante e também pelos governos que são disputados pela classe dominante para se tornarem escritórios de defesa dos seus interesses.

Temos no País um índice de 73,6% de óbitos entre jovens por causas externas evitáveis.

EM SÍNTESE

Iniciando este artigo apresentamos um conjunto de dados sobre a juventude no Brasil, na última década, desde a quantidade de jovens em relação a outras faixas etárias e como este número expressivo de jovens é utilizado para criar um exército de reserva dentro do capitalismo, seja para garantir mão de obra excedente, seja para diminuir o valor do salário dos trabalhadores tendo em vista a grande demanda por empregos.

Logo depois apresentamos o debate sobre como o capitalismo transforma este contingente de jovens em consumidores vorazes por meio do consumo alienado e com a obsolescência programada.

Estes jovens que são majoritariamente pessoas economicamente ativas (PEA) são também, na sua maioria, jovens da classe trabalhadora ou filhos da classe trabalhadora e por este motivo, do ponto de vista educacional, devem ser analisadas as condições objetivas para seu ingresso e permanência em escolas de qualidade que ofereçam um conjunto de oportunidades para sua formação humana integral.

Como os jovens brasileiros são em sua grande maioria residentes em áreas urbanas sofrem os efeitos da falta de planejamento urbano, em especial a violência como parte da vida da maioria destes.

Apresentamos desta forma um panorama geral, ainda que sintético, da juventude brasileira contemporânea, suas relações e influências. Porém é preciso frisar aspectos essenciais deste conjunto de dados.

A primeira questão essencial é o entendimento de que temos um número expressivo de jovens brasileiros de 15 a 29 anos, fruto de um bônus demográfico, que são um público disputado pela classe dominante para servir de exército de reserva no mundo do trabalho.

A segunda questão é a afirmação que estes jovens são, na sua grande maioria, Pessoas Economicamente Ativas - PEA (74%) o que os torna também alvo do capitalismo para criação de um público consumidor, ou futuros consumidores – para as porcentagens que ainda não contribuem diretamente na economia.

A terceira questão é o pressuposto que adotamos que a maioria dos jovens não é detentora e nem controladora dos meios de produção no Brasil. Desta forma os consideramos a maioria da juventude sendo integrante da classe trabalhadora ou filha da classe trabalhadora, ou seja, existe aqui uma separação entre classes sociais que possuem diferentes condições objetivas de acesso e permanência na educação e no mundo do trabalho.

Precisamos atentar para quais são as condições objetivas para acesso e permanência destes jovens na educação e no mundo do trabalho.

Estas condições podem nos auxiliar a entender como se materializa o sistema de seleção e exclusão de jovens da classe trabalhadora no ensino médio e na iniciação ao mundo do trabalho.

A quarta questão é que temos um número muito alto de mortes de jovens por causas externas evitáveis. Além de uma situação de exclusão dos nossos jovens também somos um País que assiste à morte de milhares de jovens todo ano por essas causas.

CONCLUSÃO

Apresentados todos os conjuntos de dados importantes, pode-se afirmar algumas questões.

A primeira delas é que em nosso atual sistema econômico, o jovem, no Brasil, é utilizado, no plano macro, como força de trabalho reserva (exército de reserva) bem como potencial público consumidor. Sendo assim não podemos afirmar que dentro do sistema capitalista o jovem não tem um papel central, pelo contrário, é possível verificar que há por parte do sistema capitalista um esforço em disputar a identidade destes jovens para que os mesmos sejam parte do exército de reserva e que também sejam o público preferencial de consumo de todo tipo de produto.

O sistema não foi estruturado para garantir a este conjunto de jovens a oportunidade de formação qualificada ou mesmo de inclusão no mundo do trabalho, mas sim para garantir o lucro dos detentores ou controladores dos meios de produção e por este motivo as características podem parecer contraditórias mas são a expressão de

uma realidade econômica onde o jovem não tem papel central, em especial o jovem da classe trabalhadora.

O conjunto de dados apresentados nos leva a considerar que a maioria da sociedade, e a própria juventude, possuem uma idealização do conceito de juventude que está alicerçado na propaganda midiática, na produção da industrial (em especial o cinema produzido nos Estados Unidos) que contraditoriamente defende que a juventude é um momento de diversão e alegria na vida das pessoas, onde a jovialidade é uma qualidade. Desta forma pode se justificar certos comportamentos considerados “juvenis” ou mesmo o prolongamento da permanência destes jovens sob a tutela dos pais, justificado pela necessidade de ampliar seus anos de estudo (graduação e pós-graduação). A contradição é revelada quando o sujeito da avaliação não é um jovem da classe dominante, mas sim um jovem da classe trabalhadora, em especial aqueles com menor renda per capita familiar. Para estes é sugerido que “arrume” uma profissão, que procure um emprego ou que constitua uma família.

Os dados sobre a preocupação dos próprios jovens nos relevam que temos perspectivas de vida completamente diferentes, que suas preocupações (ou até medos) estão em caminhos opostos, seja por seu contexto de vida ou pela sua idealização identitária.

Esta lógica e os números apresentados nos levam a concluir também que existe uma exclusão dos jovens trabalhadores na configuração das cidades, estrutura dos equipamentos públicos bem como nos próprios programas sociais oferecidos.

Em virtude de todo o apresentado, é necessário disputar o significado social da juventude, da sua relação com os não-jovens e como este significado será colocado em um projeto de desenvolvimento nacional que preze pelo combate a desigualdade social, educação e desenvolvimento sem concentração de renda nas mãos da minoria da sociedade (classe dominante).

REFERÊNCIAS

BARBER-MADDEN, Rosemary; ABE SABER, Bruno. **A situação dos jovens no mundo**. In: BARBER-MADDEN, Rosemary. SANTOS, Taís de Freitas (Organizadores). *A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro*. - Brasília, 2013.

BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil 1986. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.** 2ª. ed. , Rio de Janeiro, RJ, 1987.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 nov. de 2017.

_____. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 12 de abr. de 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho.** Brasília, MEC, SEMTEC, 2004.

_____. **Lei 9.649 de 27 de maio de 1998.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm>. Acesso em 30 de dez. 2017.

_____. **Lei 11.741 de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm> . Acesso em 12 maio de 2017

_____. **Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 23 mar. de 2017.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013a.

_____. **Agenda Juventude Brasil – Pesquisa Nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013.** Secretaria Nacional de Juventude – SNJ, Brasília, DF, 2014. Disponível em <https://issuu.com/participatorio/docs/agenda_juventude_brasil_-_pesquisa_> . Acesso em 16/10/2017.

_____. **Levantamento anual SINASE 2014.** Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, 2017.

BOTTMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em <

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em 05 de jan. 2018.

IBOPE. **Índice de Confiança Social 2015**. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/antigos/ics_brasil.pdf>. Acesso em 21 out. de 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

_____. **O Capital: crítica da economia política**: Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEC/INEP/DEED. **Evolução do número de matrículas na educação básica por modalidade e etapa de ensino - Brasil - 2008/2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192> . Acesso em: 23 abr. de 2017.

NOVAES, Regina - **Medindo efetividade**. 2011. Disponível em <<http://www.ondajovem.com.br/acervo/12/medindo-efetividade>> Acesso em: 22 out. de 2017.

SAAD, Paulo; MILLER, Tim; MARTÍNEZ, Ciro; HOLZ, Mauricio. **Juventude e bônus demográfico na Ibero-América**. Madrid: Organização Ibero-americana de Juventude – OIJ, 2009.

SANTOS, Simone Cabral Marinho. **A herança patriarcal de dominação masculina em questão. XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em < <http://cdsa.academica.org/000-062/864.pdf>> Acesso em: 27 out. de 2017

SEADE. **Os jovens e o gargalo do ensino médio brasileiro** – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1ª. Análise, nº. 5, São Paulo, Agosto, 2013. Disponível em < https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/Primeira_Analise_n5_agosto_2013.pdf>. Acesso em 05 de dez.2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011 : os jovens no Brasil**. – São Paulo : Instituto Sangari ; Brasília, DF : Ministério da Justiça, 2011.